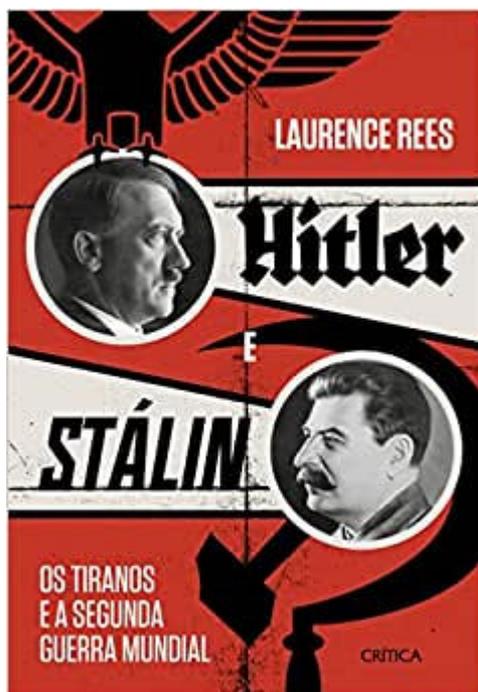


Hitler e Stalin: estilos de liderança, personalidade e o sistema de poder nazista e soviético

RESENHA

REES, Laurence. *Hitler-Stálin. Os tiranos e a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022, 592 p.

JOÃO FÁBIO BERTONHA*



Os estudos sobre o nazismo alemão e o regime de Stalin na União Soviética são um dos filões mais tradicionais para os historiadores especializados no século XX. Centenas de milhares de artigos e livros já foram publicados sobre os dois sistemas e essa produção continua a se expandir. Os estudos que tentam analisar de forma comparativa os dois regimes

também são comuns, em parte pelo esforço da época da Guerra Fria em associar a ambos como totalitários, mas também pelo simples fato que há pontos em que eles efetivamente se aproximavam. Os estudos biográficos sobre os dois ditadores também são numerosos e as tentativas de acompanhar as suas “vidas paralelas” (para parafrasear o título do livro publicado em 1991 por Allan Bullock) também não são incomuns.

O historiador Laurence Rees apresenta um novo trabalho tentando dar conta dessa última tarefa, mas o resultado final é decepcionante. Com a exceção de alguns poucos *insights* que podem estimular o debate sobre temas de importância, o livro nada traz de novo frente a tantos outros que já foram escritos. Sua única novidade é incorporar uma série de depoimentos – colhidos durante a produção de documentários pelo autor, na BBC, nas últimas décadas – de pessoas que viveram o período e vivenciaram a vida nos dois regimes. São depoimentos interessantes e que dão vida

* JOÃO FÁBIO BERTONHA é professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

ao livro, mas que pouco acrescentam ao que já sabemos sobre Hitler, Stalin e seus regimes.

Na verdade, isso reflete o simples fato de que o autor, apesar da formação em História, é mais um documentarista do que um historiador. Isso não significa que bons documentários não possam ser feitos e seu valor é evidente. Do mesmo modo, a história oral já demonstrou a sua utilidade para recolher memórias e informações de pessoas que viveram determinado contexto. O que está em jogo não é a utilidade da fonte oral ou o valor de documentários, pelo contrário.

O problema surge quando os depoimentos orais servem de fonte praticamente única para um trabalho que se pretende de historiador. Depoimentos de pessoas que viveram uma determinada época são sempre valorizados em documentários, pois dão um ar de credibilidade e de história vivida a quem assiste. São também, obviamente, documentos vivos que podem ser de extrema utilidade para o trabalho do historiador. Quando eles formam, contudo, ao lado de uns poucos registros de diários, memórias e de correspondência, a base da narrativa, seus limites e defeitos ficam evidentes: um simples depoimento não pode servir de base sólida para uma afirmação.

Apenas um exemplo. Na página 23, ele menciona como Hitler dava pouca importância ao Partido Nazista, afirmando inclusive que poderia eliminá-lo se assim o desejasse. Uma afirmação que corroboraria várias de suas teses sobre a relação de Hitler com o NSDAP, mas que é baseada apenas em uma afirmação isolada, em uma linha, das memórias de Hans Frank. Dificilmente uma base sólida para um argumento como esse.

A pouca densidade analítica do livro aparece também quando acompanhamos os inúmeros locais comuns presentes em toda a obra: Hitler e Stalin compartilhariam a disposição de matar milhões em busca de seus ideais; o horror, a morte e a destruição que eles espalharam são um mal a ser evitado; é muito melhor viver em uma democracia liberal do que em regimes de viés quase totalitário, etc. São afirmações das quais é difícil discordar, mas que são apenas a reafirmação do óbvio para qualquer humanista e democrata.

Alguns poucos pontos do livro merecem, contudo, ser destacados, mesmo que seja apenas para indicar questões que merecem aprofundamento. Uma delas seria os estilos de liderança dos dois ditadores, os quais não poderiam ser mais diferentes, e como eles impactaram os dois regimes

Hitler seria, segundo o autor, um líder carismático no sentido weberiano do termo: justificaria o seu poder pela força de sua personalidade, projetaria uma aura messiânica e não se encaixaria bem em estruturas burocráticas. A notória preguiça de Hitler para os procedimentos burocráticos, sua tendência a discursos intermináveis e a nunca assinar ordens indicariam o efeito da sua personalidade no sistema. Dessa forma, na Alemanha, decisões cruciais eram tomadas simplesmente pela manifestação, da parte de Hitler, de uma opinião ou desejo, sem ser específico. Não havia encaminhamentos para partes interessadas, análises por comitês, planejamento, consultas ou discussão real do que se poderia fazer. A partir do que se imaginava ser o desejo de Hitler, os vários órgãos e pessoas corriam a tentar atendê-lo, em uma disputa incessante. Como o líder não se manifestava abertamente, era sempre possível, para ele, negar

responsabilidades ou atribuir avaliações negativas ou positivas sobre a atuação dos outros, mantendo o clima de competição incessante.

Já Stalin era justamente o inverso. Orador pouco convincente, praticamente sem carisma e bom ouvinte, adotou e manteve as práticas da burocracia. Reuniões de comitê e longas horas na mesa lendo e discutindo relatórios eram prática comum, ainda que isso não significasse decisões colegiadas. Era a personalidade adequada para dar conta da estrutura burocrática que ele próprio criou: de 4 milhões de administradores em 1929 para 14 milhões dez anos depois. Stalin também fugia de responsabilidades, tendia a culpar os outros pelos seus erros e as decisões eram, ao final, sempre dele, mas elas eram discutidas e documentadas.

Hitler nunca pedia conselhos, mas não eliminava fisicamente os que as davam, tanto que os generais que a ele se opuseram no tocante a algumas decisões foram afastados ou aposentados, mas não assassinados. Já Stalin pedia opiniões e as ouvia, mas a palavra final era sua e todos tinham medo de se manifestar, pois a possibilidade de execução estava sempre presente. Ao final, um sistema mais eficiente, pois não houve golpes militares contra ele, ao contrário do que aconteceu com Hitler em 1944.

Ambos também teriam, sempre segundo o autor, vivido em realidades próprias, perdendo o senso da realidade em vários momentos. Hitler, contudo, foi se afastando cada vez mais do mundo real a medida em que a guerra ia se revelando desastrosa, enquanto Stalin aprendeu com seus erros, passou a dar mais liberdade de ação aos seus militares e, ao final, teria se revelado um mestre do realismo: ele sabia o que queria e o que poderia obter ou não e jogou de forma a atender esses objetivos. Stalin teria sido

muito mais pragmático e racional do que Hitler, do que é difícil discordar.

A personalidade de ambos também teria ajudado a moldar a forma como eles viam os partidos políticos dos quais participavam. Stalin permitiu que a NKVD e certos comissariados adquirissem poder e, durante a guerra, os militares conseguiram reafirmar a sua autonomia frente ao partido. Nunca se concebeu, contudo, a destruição do Partido Comunista, do qual ele era servidor dedicado. Já Hitler suspeitava de qualquer tentativa institucional de restringi-lo e estimulava as rivalidades, incluindo diminuir, quando necessário, a influência do partido, de forma a manter o seu poder pessoal.

Em termos de legitimidade no poder, o autor também indica uma diferença que parece episódica, mas que é de importância: Hitler era o criador do nazismo, Stalin o sucessor de Lênin. Stalin não tinha sido o criador do novo Estado e, em um senso simbólico, Lênin continuava, do seu mausoléu em Moscou, a ser a fonte do poder. Sendo apenas o sucessor de Lênin, Stalin precisava do partido para que seu poder fosse justificado e, ao mesmo tempo, ele era quase que obrigado a exercer o terror para se afirmar.

O autor está correto ao indicar como os diferentes estilos de liderança e as personalidades dos ditadores foram fundamentais para explicar o sistema de tomada de decisões na Alemanha e na URSS. No entanto, ao se concentrar nos homens no comando, o autor acaba por subestimar a estrutura política dentro da qual eles tinham que manobrar. Hitler não conseguiu destruir o velho Estado alemão, ainda que o tenha permeado pela ideologia nazista e mantido o NSDAP funcionando ao lado, ao redor e dentro dele. Já Stalin comandava um sistema no qual o velho Estado havia sido destruído

e no qual o partido, portanto, tinha muito mais poder. Sendo ele apenas um funcionário desse partido, as possibilidades de ele ser substituído por outro eram maiores e, portanto, havia mais necessidade de terror, coerção e controle sobre a sociedade, sobre o Estado e sobre o próprio partido.

A falta de atenção ao sistema de poder em si também torna difícil para o autor explicar a manutenção de Hitler no poder, enquanto Mussolini caiu em um golpe de Estado em 1943. Ele menciona como Hitler foi perdendo legitimidade na Alemanha, até porque essa é a grande armadilha dos líderes carismáticos: a confiança neles depositada é emocional e se perde quando o líder não consegue mais apresentar resultados. No entanto, ele continuou no poder pois, segundo o autor, os alemães temiam uma substituição de liderança em um momento crítico, quando os exércitos soviéticos se aproximavam e temia-se a retaliação dos judeus.

Isso é até possível, mas o fato é que essa opção nunca esteve nas mãos do público alemão. Hitler não foi derrubado porque o controle que ele, e o partido, exerciam sobre a Alemanha era menor do que na URSS, mas muito maior do que na Itália. O autor até menciona brevemente como a situação de Hitler era diferente da de Mussolini: ele era chefe de Estado, portanto não havia um monarca acima dele que pudesse destituí-lo, nem um Grande Conselho ao qual ele tivesse que prestar contas. E Hitler dispunha da SS como força pretoriana do regime e era difícil assassiná-lo, pois estava sempre em fortalezas e postos de comando isolados.

Em outras palavras, Hitler e Stalin conseguiram permanecer no poder por questões políticas, de organização do Estado, e não por traços especiais das suas personalidades, ainda que isso possa

ter tido um papel auxiliar. A ênfase excessiva na personalidade individual e em motivações subjetivas acaba por dificultar a identificação, pelo autor, das questões essenciais.

Em termos conceituais mais gerais, o autor é cuidadoso em separar as convicções ideológicas de ambos, evitando cair em uma falsa analogia, como é comum em outros trabalhos. Hitler acreditava nas leis da natureza, era um racista convicto, jamais foi socialista (sendo a adoção do termo pelo partido apenas uma questão de propaganda) e visava à formação de um império mundial onde a dominação e a hierarquização dos povos e das pessoas seria regra. Já Stalin seguia o marxismo e pensava em um futuro, ainda que distante, sem classes e sem nações.

Essas concepções diversas se refletiam inclusive em termos da lógica da repressão coletiva. Hitler praticou, como é mais do que conhecido, a limpeza étnica em escala continental. Stalin, contudo, também praticou deportações e efetivou assassinatos em massa contra os alemães do Volga, os tártaros da Crimeia, os calmuços e outros povos acusados de colaboracionismo. As motivações, contudo, não eram exatamente iguais. Para Hitler, a questão era racial, ideológica e de sangue: eliminar grupos era necessário para a criação de uma Europa racialmente pura. Já Stalin não pensava em exterminar povos por motivos raciais, mas entendia a repressão a alguns deles como uma questão de segurança – real ou imaginária – a ser tratada com toda a violência necessária pelo bem do Estado e do partido.

A diferença entre os dois fica, na verdade, mais clara quando pensamos em como eles lidaram com a herança da Revolução Francesa, que formatou o mundo contemporâneo. Para utilizar os

termos de Norberto Bobbio, no tocante ao problema da autoridade, ambos se aproximavam, pois odiavam a democracia liberal. Mas no quesito da fraternidade e da igualdade, eles se diferenciavam totalmente: um à direita, proclamando a desigualdade absoluta, a ser implantada brutalmente; outro, à esquerda, defendendo a máxima igualdade possível (e tendo o ideal da sociedade sem classes), mesmo que através da violência generalizada.

O autor afirma, ao final, que ambos os regimes eram pós iluministas: Deus estava morto, sendo substituído por uma nova ideologia, que fazia as vezes de religião. Novamente, espanta como um tema complexo como esse possa ser resolvido sem a menor discussão, em uma ou duas frases. A herança iluminista efetivamente abriu o caminho para a criação das utopias e distopias modernas: se o mundo não é pré-ordenado por Deus e é feito pelos homens, uma outra realidade é possível. Ao mesmo tempo, o pensamento iluminista era progressista e

foi a partir dele que surgiram ideologias como o socialismo, o comunismo, o liberalismo e outras. Como reação, contudo, se desenvolveu uma extrema direita antidemocrática, conservadora e autoritária a qual, nos anos 1920 e 1930, se transmutou no fascismo. Em resumo, a relação do iluminismo com o universo fascista é complexa e passível de debate, mas não da forma rápida e rasa como feito pelo autor.

Resumindo, ao se basear em fontes limitadas, especialmente depoimentos, ignorar a maior parte da produção historiográfica sobre o tema e ao reduzir discussões fundamentais a lugares comuns, o livro perde densidade e valor. Mesmo assim, ele discute temas de importância, como a personalidade dos ditadores e seus estilos de liderança e, nesse sentido, vale a leitura.

Recebido em 2022-08-04
Publicado em 2022-09-15